



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	26260/24
Data de Início	06/12/24
Folha	23
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Processo n. 26260/2024

Impugnação ao Pregão Presencial n. 019/2023

À Comissão Permanente de Licitação (CPL),

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, em atenção a impugnação interposta interposto pela empresa, informar e requerer o que segue.

Trata-se de impugnação ao edital do pregão presencial n. 019/2022, relativo à contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de gestão de mão de obra de cozinheira **GAVEA FACILITIES SERVICOS GERAIS LTDA - CNPJ n. 27.544.276/0001-97**, copeiro, copeiro lácteo e almoxarife, pelo Sistema de Registro de Preços, interposto pela empresa **GAVEA FACILITIES SERVICOS GERAIS LTDA - CNPJ n. 27.544.276/0001-97**, em que impugna, em síntese:

- a) Ilegalidade e excesso de exigências quanto ao Item 12, alíneas B.5 e B.6;
- b) Excesso na interpretação do Item B.1;
- c) Aplicação conjunta das Leis n. 8.666/1993 e 14.133/2021;
- d) Excesso no valor cobrado a título de garantia;
- e) Ausência de previsão de hipótese de recursos; e
- f) Risco de prejuízo ao julgamento objetivo.

É o relatório.

No mérito, ao se analisar os fatos suscitados, entende-se que não merecem prosperar as alegações trazidas pela impugnante.

A impugnante sustenta a excessividade das exigências relativas às alíneas B.5 e B.6 do Item 12 do edital, quanto à comprovação de capital social líquido de 16,66% e patrimônio líquido de 10%.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	26.260/24
Data de Início	06/12/24
Folha	24
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Contudo, ambas as exigências se mostram adequadas e compatíveis com a natureza da contratação, **por se tratar de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, tendo como fundamento o disposto pelas alíneas “b” e “c”, do subitem 11.1 do Item n. 11. Do Anexo VII-A (Diretrizes Gerais para Elaboração do Ato Convocatório), da IN n. 05/2017.** Destacamos que de acordo com entendimento do Tribunal de Contas da União, as disposições da IN n. 05/2017 são aplicáveis às contratações públicas de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme julgado a seguir transcrito:

As disposições existentes na Instrução Normativa MPOG 2/2008, que foi revogada pela IN-Seges/MPDG 5/2017, são aplicáveis às contratações de serviços pela Administração Pública, não versando tais atos normativos sobre a contratação de obras públicas.

(Acórdão n. 719/2019, Rel. Min. Benjamin Zymler, Plenário, j. 04.04.2008)

Em relação à observação constante no último parágrafo do Item B, referente à possibilidade de inabilitação da empresa por não atender ao prazo legais de entrega do balanço patrimonial, **não há qualquer irregularidade na exigência editalícia.** O edital prevê que o balanço patrimonial e demais demonstrativos contábeis sejam aprovados até 30 de abril do exercício financeiro atual, de acordo com o Acórdão n. 119/2016, Plenário, Rel. Min. Vital do Rêgo. Contudo, de acordo com Comunicado n. 08/2024, o prazo de validade da qualificação econômico-financeira registrada no Sicaf fica prorrogado até o dia 28 de junho de 2024, em observância à Instrução Normativa RFB nº 2142, de 26 de maio de 2023.

Dessa forma, não há que se falar em excessividade, visto que a cláusula editalícia se refere à norma geral, devendo ser demonstrada a inaplicabilidade do referido entendimento à situação fática da impugnante, o que não se verifica na hipótese dos autos, limitando-se a meras argumentações desprovidas de provas.

Quanto à suposta aplicação conjugada das Leis n. 8.666/1993 e 14.133/2021, sustenta a impugnante que a comprovação de experiência pretérita encontra fundamento na Lei n. 14.133/2021. No entanto, não procede o referido argumento. A exigência de experiência mínima é prevista pela alínea “b” do subitem 10.6 do Anexo VIII da Instrução Normativa n. 05, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para fins de comprovação da qualificação técnica-operacional.

O argumento de que a forma de comprovação de experiência anterior por meio de documentos idôneos **não se refere à entendimento da Lei n. 14.133/2021 que foi introduzido no Edital do Pregão Presencial n. 019/2023.** A impugnante sequer trouxe o fundamento legal supostamente aplicado conjuntamente, se limitando a mera retórica e, desse modo, não procede o ponto suscitado.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	26.260/24
Data de Início	06/12/24
Folha	25
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

A impugnante alega que a excessividade do percentual de garantia. No entanto, o percentual indicado – 5% (cinco por cento) – incide sobre o valor da contratação, ou seja, o valor da Ata de Registro de Preços (ARP) a ser firmada com o término do procedimento licitatório e não dos contratos dela derivados. A impugnante traz aos autos entendimentos distorcidos com o único intuito de obstar a realização do procedimento licitatório, ou seja, de caráter protelatório, não havendo qualquer irregularidade a ser sanada.

No que se refere a ausência expressa da possibilidade de recurso administrativo pelas sanções eventualmente impostas, a impugnante sustenta que tal fato enseja a revisão do edital. Contudo, a leitura do edital deve se dar de forma sistemática e holística, considerando-o como um todo, ou seja, as penalidades decorrentes da inexecução parcial ou total do contrato observam procedimento próprio e específico e, de acordo com o subitem n. 23.5, que prevê que deverão ser observadas as disposições do Decreto Municipal n. 158/2018.

De acordo com o § 1º do art. 65, o prazo para defesa será de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, podendo ser reduzido para 72h (setenta e duas horas) em situações urgentes, ou ampliado para 15 (quinze) dias, em razão da complexidade. Percebe-se, portanto, que no caso de eventual recurso em função de penalidade aplicada, os prazos são definidos pelo § 1º do art. 65 do Decreto Municipal n. 158/2016, **não havendo qualquer omissão por parte do edital nesse sentido, tratando-se do argumento da impugnante de mera irresignação.**

Por fim, referente à redação do subitem 24.10, esclarecemos que a habilitação considera disposições próprias e específicas que são analisadas de forma objetiva a partir dos critérios apontados, sendo que referência ao subitem 25.8 apenas reforça que a licitante deverá considerar os quantitativos e especificações indicados pela Secretaria Requisitante, bem como o prazo destinado a execução, fato que não prejudica o dimensionamento das propostas ou mesmo o julgamento da habilitação das licitantes.

Portanto, em razão do exposto, **indefere-se a impugnação interposta pela empresa GAVEA FACILITIES SERVICOS GERAIS LTDA - CNPJ n. 27.544.276/0001-97.**

Maricá, 6 de dezembro de 2024.

Márcio Batalha Jardim
Secretário de Educação
Mat. n. 110.941